



O SINDICATO SOMOS NÓS!



A 65ª edição do Jornal da ASSIBGE traz debates essenciais para o futuro do IBGE. Entre os destaques, abordamos a democratização da gestão como caminho para fortalecer as estatísticas públicas e garantir a autonomia institucional. Relembramos as conquistas dos trabalhadores do IBGE e as lutas contra o desmonte do serviço público. Debateremos os impactos de decisões recentes,

como a criação da fundação IBGE+, vista como um passo para a precarização e privatização do Instituto.

Também refletimos sobre os avanços e desafios na gestão atual, destacando o potencial do projeto Diálogos IBGE 90 anos, mas também as críticas sobre a falta de clareza e participação em deci-

sões estratégicas.

Esses são apenas alguns dos temas que compõem esta edição. Leia o jornal completo e fique por dentro dos principais debates que impactam o IBGE e seus trabalhadores.

Boa leitura e reflexão

- NESTA EDIÇÃO -

ARTIGO | Democratização do IBGE para o fortalecimento das estatísticas públicas

PÁGINA 2

NOTÍCIA | 3º Encontro Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Temporários do IBGE

PÁGINA 5

LINHA DO TEMPO | Campanha Salarial dos servidores efetivos 2025/2026

PÁGINAS 6 E 7

CONSULTA | Novas tabelas salariais propostas para 2025/2026

PÁGINAS 10 E 11

ASSIBGE-SN
NAS REDES
SOCIAIS



Visite o nosso site: www.assibge.org.br. Lá você encontra notícias e informações de interesse da categoria como: nossos jornais, prestação de contas e ações do jurídico.



Acompanhe e curta a ASSIBGE-SN no Instagram [@assibgesn](https://www.instagram.com/assibgesn)

Democratização do IBGE para o fortalecimento das estatísticas públicas

Historicamente, a ASSIBGE defende que o presidente do IBGE e os superintendentes estaduais sejam eleitos por eleição direta, processo que deve ser combinado com um congresso institucional para harmonizar e consolidar o plano de trabalho do Instituto. Entendemos que o processo eleitoral para presidente do IBGE, com mandato definido, assegura uma avaliação do candidato pelo próprio corpo técnico da casa. A independência do IBGE será fortalecida, uma vez que o presidente eleito exercerá seu mandato de forma livre e independente, desprendido de possíveis pressões externas ou políticas, sendo devidamente legitimado para liderar e administrar a instituição.

A pactuação, por meio de instrumentos participativos, é crucial para gerar engajamento e, embora seja um desafio, existem experiências bem-sucedidas em universidades federais, onde a escolha dos reitores ocorre por consulta à comunidade acadêmica, e na Fiocruz, que, além da eleição para presidente com mandato fixo, realiza um Congresso Interno com ampla participação da categoria. Esse congresso delibera sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, ao regimento interno, às propostas de alteração do estatuto e às matérias que possam interferir nos rumos da instituição. O congresso da Fiocruz ocorre a cada quatro anos, sempre no primeiro ano de cada nova gestão da Presidência da fundação.

A implementação de mecanismos de democratização depende de mudanças legais e estatutárias, e deve ser precedida de amplo debate. A ASSIBGE-SN tem buscado, com base em seus fóruns estatutários, esse modelo. Temos promovido, como sempre, o diálogo com o conjunto dos trabalhadores do Instituto, assim como com a sociedade civil interessada na produção de estatísticas, sobre qual seria o melhor modelo a

ser adotado. Esse tema foi debatido em diversos encontros com a atual direção do IBGE e com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), principalmente nos últimos dois anos.

A importância dos Institutos Nacionais de Estatística (INEs) tem ganhado destaque nas discussões sobre governança e transparência. Esses órgãos são cruciais para a coleta, análise e disseminação de dados que informam políticas públicas e decisões em diversas esferas da sociedade. Democratização da gestão refere-se à inclusão de diferentes atores sociais no processo de tomada de decisões e na formulação de políticas dentro dos INEs. A democratização de INEs oficiais envolve também outras estratégias. Uma abordagem comum entre os INEs é a criação de comitês e grupos de trabalho, onde demandas e novas metodologias são discutidas com outros atores sociais. Essa interação é fundamental para garantir que as estatísticas oficiais produzidas atendam às necessidades reais da população. O desenho das pesquisas e suas finalidades moldam diretamente o projeto tecnológico a ser utilizado. Além disso, a política de comunicação deve abranger toda a cadeia de produção, garantindo consistência e qualidade nas estatísticas, desde a definição e elaboração de materiais até o treinamento, execução, supervisão e divulgação.

Um modelo de gestão mais democrático aumenta a confiança da sociedade nas estatísticas produzidas. Quando diferentes vozes são ouvidas, a legitimidade dos dados se fortalece. A democratização da gestão dos Institutos Nacionais de Estatística é um passo essencial para garantir que as estatísticas não sejam apenas números, mas reflexos reais das necessidades da sociedade. Ao promover a inclusão e a transparência, podemos construir uma base sólida para a formulação de políticas públicas que realmente

atendam à população.

A turbulência política vivida no Brasil entre 2016 e 2022 nos mostrou, mais uma vez, o custo institucional das nomeações de cunho político. Os indicados à presidência do IBGE pelo último governo aprofundaram o desmonte do Instituto e foram decisivos para a precarização do Censo Demográfico. O processo de desidratação do Censo foi marcado pela redução do orçamento, cortes nos questionários, exonerações de diretores, desrespeito aos ritos institucionais, atropelos e desprezo ao conhecimento técnico da casa. Essas ações foram implementadas por uma direção que servia como correia de transmissão do governo e não defendia os interesses da casa. Aspectos que foram denunciados pelo sindicato e se tornaram uma das principais lutas entre 2019 e 2022, juntamente com as tentativas de melhorias na carreira dos servidores efetivos e recomposição salarial para trabalhadores temporários.

Nesse momento de fortalecimento das instituições, iniciado em 2023, a democratização do IBGE é uma pauta pertinente e necessária, que atende aos anseios sociais de fortalecimento da democracia e das instituições produtoras de conhecimento, estas que foram duramente atacadas desde 2016. Não restam dúvidas de que mudanças efetivas na estrutura de poder do IBGE só serão alcançadas pela mobilização dos trabalhadores. Uma gestão com autonomia institucional, democrática e transparente é a melhor forma de garantir à sociedade brasileira que o IBGE seguirá produzindo informações com excelência.

A atual crise no IBGE se resolverá com a democratização efetiva do Órgão

Em seus quase 90 anos, presidentes com diferentes alinhamentos ideológicos passaram pelo IBGE. Porém, mesmo a abertura política, ocorrida no Brasil na década de 80, não foi capaz de

refletir um ambiente de maior participação no instituto. O processo de tomada de decisão do órgão oficial de produção de dados geoestatísticos - fundamentais para o monitoramento das

políticas públicas - se mantém fortemente hierarquizado e centralizado, um legado dos anos de chumbo. A exemplo, as nomeações de cargos para Presidente, diretorias e gerências do insti-

tuto ocorrem através de indicação, seja de servidores da casa ou nomes de fora da instituição. Mesmo o processo seletivo para Superintendentes Estaduais apresenta pouca transparência e, em nenhuma etapa do processo, existe consulta aos trabalhadores.

O elevado número de trabalhadores temporários no IBGE aumenta os desafios à democratização do órgão. A fragilidade do vínculo dos trabalhadores temporários impõe a possibilidade de desligamento mensal a 60% dos trabalhadores da casa, o que dificulta um debate aprofundado sobre temas de médio e longo prazo. São trabalhadores que possuem restrições a direitos assegurados na Lei 8.112. A maioria dos trabalhadores do IBGE não gozam dos mesmos direitos dos seus chefes, o que impõe uma forte assimetria nas relações de trabalho.

A estrutura centralizada e hierarquizada do IBGE favorece a alienação dos processos de trabalho e facilita o desenvolvimento de assédios, temas de interesse da categoria não encontram amparo institucional para serem debatidos e, muitas vezes, são resolvidos através de acordos informais entre chefes e subordinados. Um exemplo flagrante da fragilidade do processo participativo no IBGE foi a constituição da Fundação pública de direito privado IBGE+, que ocorreu sem diálogo com os trabalhadores, sociedade ou com o sindicato.

A criação da Fundação de apoio IBGE+, deflagrou uma das maiores crises no órgão e evidenciou a necessidade de abertura democrática no instituto. A Fundação de apoio, IBGE+, terá como objetivo captar recursos junto a entes públicos e privados, tendo como prerrogativas: nomeação de cargos, seleção de consultores e contratação de funcionários através da CLT ou contrato temporário. Além disso, a fundação de apoio poderá oferecer remuneração extra para servidores da ativa, através de bolsas e jetons. Por estes e outros motivos, a fundação se constitui como um fator de aprofundamento da precarização no IBGE e início da privatização do órgão. O debate internacional sobre Institutos Nacionais de Estatísticas (INEs) indica que a autonomia técnica se mantém pela manutenção de dotação do orçamento público como principal forma de financiamento das pesquisas e estudos. Sempre é bom lembrar que a tecnologia não é neutra, nem o financiador do projeto.

Todo o processo de elaboração da fundação IBGE+ ocorreu em sigilo, até mesmo os servidores em cargos de chefia e gerência desconheciam a iniciativa. A nova instituição, registrada em 12 de julho, só foi noticiada na intranet em 9 de setembro e, ainda assim, de maneira panfletária e su-

perficial, sem divulgar, por exemplo, seu estatuto, onde é possível verificar como serão preenchidos seus cargos. A ASSIBGE-SN obteve o estatuto da "IBGE+" por solicitação em cartório e, desde então, o diálogo com a presidência do IBGE se tornou cada vez mais difícil e pouco efetivo.

Avanços e retrocessos na busca pela democratização do IBGE na conjuntura atual

Após os diversos ataques ao instituto, realizados durante o governo Bolsonaro, a gestão Marcio Pochmann foi avaliada, por diversos setores do IBGE, como uma possibilidade de construção de um projeto de reestruturação para o instituto, com ênfase no combate à precarização e democratização das relações de trabalho. No entanto, após 1 ano, a nova gestão deixou um saldo de decisões importantes que apontaram para a repetição de práticas do passado. As mudanças do PGD sem a construção de um diálogo através de um grupo de trabalho, acordado em reunião com o sindicato e com o CGPCC, e a mudança das diretorias da Av Chile para o prédio do Horto, igualmente sem diálogo, e sem demonstração clara das economias geradas são alguns exemplos. Porém, a mudança que revela os limites democratizantes da nova Direção é, sem dúvida, a criação da fundação de apoio IBGE+.

Ao longo do seu primeiro ano de gestão, a nova direção implementou o Projeto Diálogos IBGE 90 anos, alegando criar um espaço de escuta para as demandas dos servidores e debate sobre os rumos do IBGE. O Projeto IBGE 90 anos não teve formato convencional, como a maioria dos congressos institucionais, sua modelagem não passou por discussão dos técnicos da casa e seu processo deliberativo não ficou claro para a maioria dos participantes. Mesmo diante das incertezas quanto à dinâmica de encaminhamento das discussões para mudanças efetivas na realidade do órgão, parcela significativa dos ibegeanos abraçou o processo que era realmente algo inédito em nossa história, um espaço horizontal de diálogo, envolvendo a todos e todas que estariam dispostas a participar do debate institucional. A falta de clareza sobre as deliberações e quais seriam as prioridades gerou críticas após a primeira edição do evento. Muitas questões encaminhadas pela Direção do Órgão antes, durante e depois dos grupos de trabalho do projeto Diálogos IBGE e dos debates realizados na Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados, realizada em julho de 2024 na UERJ, não foram apresentadas de forma clara nesse espaço de debate ou obtiveram consenso entre os servidores. Algumas temáticas, que alteram a natureza do IBGE, sequer foram anunciadas ou apresentadas como

proposta nesses fóruns, como a transformação do IBGE em instituição de ciência e tecnologia e a criação da Fundação Pública de natureza privada IBGE+.

A Fundação IBGE+ e o risco ao funcionalismo público

A "inovação jurídica" representada pela "IBGE+", baseada na criação de uma fundação pública de direito privado sem autorização por lei, contornando o parlamento, pode se espalhar rapidamente para outros órgãos públicos, como um caminho fácil e simples para a privatização de serviços públicos e substituição de servidores por comissionados e/ou celetistas. Nesse sentido, o risco é ao conjunto dos serviços públicos no Brasil.

Os servidores do IBGE, e sua entidade nacional, a ASSIBGE, têm se manifestado contra a criação da fundação de direito privado. É preciso que o tema seja debatido pelo conjunto da sociedade civil brasileira. ASSIBGE-SN tem feito grande diálogo junto aos sindicatos, movimentos sociais, parlamentares, sociedades científicas e outras organizações sociais denunciando a medida privatizante. E por isso, o Sindicato se posicionou, na última reunião com a Direção do IBGE, pela realização de um Congresso Institucional com participação de toda a casa, a fim de elaborarmos um Estatuto que contemple todas as visões e anseios dos técnicos do IBGE, na medida em que os processos "diálogos" e CONFEST/CONFEGE não foram espaços efetivamente democráticos.



Sócrates, jogador de futebol, símbolo da luta pela democracia na década de 80

Reajuste de APMs e APTs

Vitória dos trabalhadores, vitória sindical

A ASSIBGE recebeu, no dia 13 de setembro, da parte do Ministério de Gestão e Inovação, a notícia de que a SOF, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, autorizou o reajuste de APMs e APTs do IBGE.

Conforme a nota técnica enviada pelo MGI a SOF o reajuste foi feito equiparando o rendimento dos APMs a R\$2.676,24 e dos APTs a R\$2.007,18, uma elevação de 77% para ambos.

Dessa forma o salário dos APMs está equiparado ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário e os APTs receberão um vencimento semelhante, mas proporcional a sua jornada de 6h diárias.

O reajuste teve efeito a partir de outubro (com pagamento em novembro). A equiparação do salário dos APMs ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário é uma reivindicação da ASSIBGE, formulada e aprovada em fóruns sindicais. A proposta foi aprovada no Comitê de Carreiras e Cargos do IBGE e posteriormente aprovada pelo Conselho Diretor do IBGE e desde então aguardava aporte orçamentário para efetivação.

Esse trâmite exigiu um longo processo de pressão e acompanhamento da ASSIBGE. De especial importância foi a insistência em tratar o tema na mesa específica de negociação, momento em que o MGI passou a tomar atitudes para efetivar o reajuste.

Essa luta continuará até que o IBGE conceda também um reajuste para os demais trabalhadores temporários.

O reajuste dos APMs e APTs e as próximas etapas para superação da precarização no IBGE

Desde a retomada dos diálogos com o Governo Federal, a partir de 2023, a ASSIBGE-SN passou a apresentar, insistentemente, a pauta dos trabalhadores temporários em diversas reuniões com os Ministérios e com a Presidência do IBGE. Esse esforço resultou no anúncio de reajuste salarial de 77% para APMs e APTs feito no dia 13 de setembro.

Trata-se não apenas de um reajuste, mas de uma vitória histórica para a categoria, ao equiparar o salário da parcela mais precarizada da força de trabalho da instituição ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário.

A ASSIBGE-SN avalia esse momento como fundamental para intensificar as bandeiras contra a precarização no IBGE, e por isso, é necessário destacar como se deu a luta pelo reajuste dos trabalhadores temporários e quais as próximas etapas.

Reuniões com Ministérios

Foram realizadas ao total 4 reuniões com o Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), incluindo uma reunião com a Ministra Simone Tebet, onde a situação dramática dos trabalhadores temporários foi apresentada detalhadamente.

Nessas audiências, foram expostos aspectos orçamentários e não orçamentários das demandas relacionadas aos trabalhadores mais precarizados da instituição, que representam 60% da força de trabalho no órgão. Foi necessário um grande esforço para explicar, aos representantes do MPO, o histórico da precarização no IBGE, a profundidade da crise de pessoal, a defasagem salarial dos trabalhadores temporários e os trâmites burocráticos para tornar o reajuste uma realidade. Existia grande confusão, por parte dos ministérios, sobre a natureza da remuneração dos trabalhadores temporários do IBGE e, conseqüentemente, qual a fonte de recurso para a recomposição salarial.



Nas reuniões com o Ministério de Gestão e Inovação, não houve conformismo com o estabelecido de que a mesa de negociação não seria locus de discussão do salário dos temporários. A ASSIBGE-SN manteve a pauta em todas as audiências por compreender a necessidade de tratar a questão remuneratória dos trabalhadores do IBGE de forma unitária. Além das reuniões formais, o sindicato manteve contato constante com os secretários responsáveis pela gestão de pessoal buscando a solução do problema.

A publicação da Portaria Conjunta MGI/MPO Nº 68 foi fundamental para a resolução do reajuste dos trabalhadores temporários do IBGE. O normativo foi

responsável por sedimentar o entendimento de que as despesas com salários dos trabalhadores temporários não-censitários do IBGE são despesas de pessoal. Essa classificação orçamentária era até então o passo mais difícil para implementar a estratégia desenhada para viabilizar o reajuste dos temporários ainda em 2024, que buscava utilizar a verba da rubrica de pessoal disponível para este exercício, resultante do adiamento do CPNU, para conceder a adequação para esta parcela dos trabalhadores do IBGE.

Trâmites internos do IBGE

As etapas internas para o alcance da recomposição salarial dos trabalhadores temporários envolveu os debates no Comitê Gestor do Plano de Cargos e Carreiras (CGPCC), órgão oficial previsto em lei para debate das políticas de RH do IBGE. Em fevereiro de 2023, o CGPCC aprovou, por unanimidade, encaminhar ao Conselho Diretor do IBGE a equiparação do salário dos Agentes de Pesquisa e Mapeamento ao piso do vencimento básico inicial dos servidores efetivos de nível intermediário. Em março do mesmo ano, o Conselho Diretor aprovou a solicitação, o que abriu importante caminho para apresentar a demanda como uma demanda institucional e não apenas dos trabalhadores e do sindicato.

Com a nomeação do novo presidente do IBGE, Marcio Pochmann, em setembro de 2023, a pauta foi novamente apresentada e a gravidade da situação dos trabalhadores temporários passou a ser debatida em todas as reuniões com a direção da casa.

Mobilização dos trabalhadores

Luta histórica, pautada nos fóruns sindicais, a equiparação salarial dos trabalhadores temporários ao vencimento básico inicial dos servidores efetivos de nível intermediário dependeu de campanhas e manifestações acumuladas ao longo de uma década, reunidas sob a bandeira: trabalhos iguais, direitos iguais.

As assembleias realizadas nos locais de trabalho, ao longo de 2024, e toda mobilização ocorrida durante a campanha salarial 2025/2026, que incluiu um dia de paralisação em maio e um ato durante a Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Dados, pautaram a recomposição salarial dos trabalhadores temporários.

Próximas etapas da luta

A importante vitória sobre a remuneração dos APMs e APTs não é suficiente para encerrar o ciclo de precarização do IBGE. O fim da precarização no IBGE se desdobra em várias frentes: democratização, autonomia técnica, incremento orçamentário, valorização das carreiras, realização de concursos e melhorias nos salários e direitos dos trabalhadores temporários. A ASSIBGE-SN avalia esse momento como fundamental para intensificar a luta contra a precarização no IBGE. A assibge segue lutando pela seguinte pauta:

1. Aumentar o intervalo para avaliações de desempenho dos trabalhadores temporários, para a cada seis (6) meses;
2. Aprovar demissão de trabalhadores temporários apenas após instalação de comissão de processo disciplinar, garantindo assim a ampla defesa do servidor;
3. Criação de mecanismos de transparência de notas para evitar abuso nas avaliações dos temporários, com obrigatoriedade de justificativa para a nota e possibilidade de recurso contra a nota;
4. Pagamento de indenização de campo;
5. Reajuste para os demais trabalhadores temporários da casa.

3º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Temporários do IBGE: um debate intenso por melhores

Durante três dias, delegados de todo o país discutiram as particularidades do trabalho temporário no IBGE, buscando soluções e fortalecendo a luta por direitos condições de trabalho

Nos dias 18, 19 e 20 de outubro, o Rio de Janeiro foi palco do 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Temporários do IBGE. O evento reuniu 24 delegados de todas as regiões do país escolhidos por meio de assembleias regionais para debater as especificidades do trabalho temporário no Instituto e avançar pelo fim da precarização no IBGE.

Ao longo de três dias de intensos debates, os participantes trocaram experiências, analisaram as condições de trabalho em cada região e construíram um conjunto de propostas para fortalecer a luta por direitos. As resoluções aprovadas no encontro podem ser consultadas no site assibge.org.br. No segundo dia do encontro, a economista Juliane Furno foi nossa convidada para a mesa Precarização no Brasil e no IBGE, que gerou grande repercussão entre os participantes. A pesquisadora abordou a importância de analisar a questão do trabalho temporário sob uma perspectiva histórica e social, destacando os desafios enfrentados pela classe trabalhadora em um contexto de precarização e desigualdade.

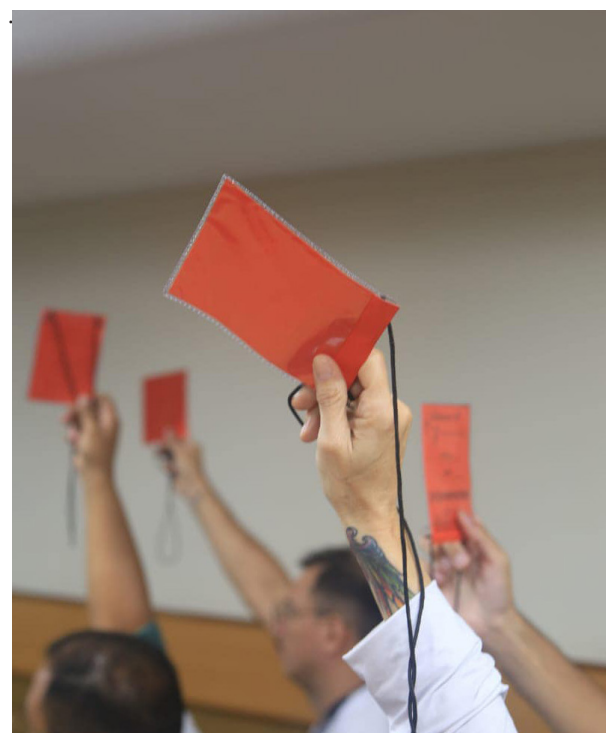


Em sua fala, Juliane Furno fez um chamado à união dos trabalhadores e à necessidade de construir um projeto de país que valorize os direitos trabalhistas e a justiça social. A economista também ressaltou a importância da luta contra a desigualdade, tema crucial para a compreensão da realidade brasileira. “O sindicato tem que ser o mais amplo possível, tem que ser um vetor que dialogue”.

O 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Temporários do IBGE demonstrou a força e a unidade da nossa categoria. Ao debater as

especificidades do trabalho temporário e construir propostas concretas, os participantes do encontro deram um importante passo para fortalecer a luta por direitos e por um futuro mais justo para todos.

As propostas aprovadas no 3º Encontro Nacional servirão como contribuição para assembleias que antecedem o congresso da ASSIBGE, que reúne servidores efetivos, aposentados e trabalhadores temporários. A expectativa é que as decisões tomadas nesse fórum contribuam para fortalecer a luta da categoria por melhores condições de trabalho e por um IBGE mais justo e democrático.



Campanha salarial servidores efetivos 2025/2026

31/01/2024

Sindicato e ibegeanos encontraram a Ministra Simone Tebet e cobraram pautas urgentes dos trabalhadores da casa: reestruturação da carreira e recomposição salarial para trabalhadores temporários. Solicitaram também reunião com a Ministra para debater demandas em Brasília.

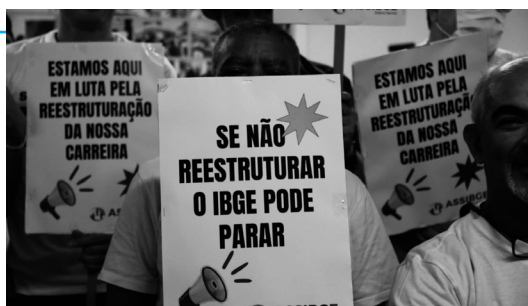
05/03/2024

Em reunião com a ASSIBGE, Simone Tebet assumiu a defesa do IBGE, da reestruturação de carreiras e do reajuste aos temporários.



22/03/2024

Apesar da chuva, ibegeanos realizaram ato durante reunião técnica com o MGI na sede do IBGE.



15/05/2024

Trabalhadores do IBGE manifestaram-se em quase todas as regiões do Brasil e paralisaram em 11 estados pela reestruturação da carreira, melhores salários para trabalhadores temporários e orçamento para o órgão.



17/04/2024

ASSIBGE-SN participou de grande marcha em Brasília, em conjunto com demais categorias do funcionalismo, reivindicando recomposição salarial.



27/06/2024

Na iminência da realização da greve dos trabalhadores do IBGE, o MGI realizou nova reunião com a ASSIBGE-SN, apresentando tabelas corrigidas com melhores valores e nova composição salarial. O sindicato manteve a defesa da carreira de Ciclo de Gestão, já aprovada nos fóruns da entidade, e questionou o MGI sobre a contraproposta anunciada em 22 de março na reunião técnica, onde os patamares salariais do IBGE seriam equiparados às carreiras das Agências Reguladoras. O sindicato remeteu nova proposta para avaliação das assembleias de base.

01/07/2024

Em reunião da Direção Nacional da ASSIBGE-SN, trabalhadores do IBGE aprovaram indicativo de greve para 1º de julho



09/07/2024

ASSIBGE-SN participou de audiência pública na Câmara dos Deputados pautando a importância do IBGE como coordenador do sistema nacional geostatístico.



12/07/2024

Núcleos estaduais da ASSIBGE-SN iniciaram greve. Realizaram greve durante o mês de julho os Núcleos Bahia, Piauí e São Paulo.

22/07/2024

Após realização de assembleias, trabalhadores do IBGE decidiram aceitar a proposta do MGI para recomposição salarial dos efetivos.

Enquanto movimento de trabalhadores, sabemos que apesar dos calendários estipulados pelo governo, a luta é contínua, e seguiremos reivindicando pelo patamar do ciclo de gestão.

14/10/2024

Após solicitação da ASSIBGE para equiparação às melhores tabelas de C&T, o MGI enviou novas tabelas salariais. Tal ajuste preservou os valores assinados para 2025 e não representou perda em nenhuma posição das tabelas, ao passo que trouxe ganhos significativos para parcelas da categoria em 2026. A título de exemplo, no nível intermediário com GQ3 (no topo da carreira), haverá 7,6% adicionais, totalizando 28% de reajuste em 2025 e 2026. No nível superior sem titulação (no topo da carreira), haverá 9,6% adicionais, totalizando 21,9% de reajuste em 2025 e 2026. Em média, com a nova tabela após o ajuste, os trabalhadores do IBGE terão um reajuste acumulado de 23,2% em 2025 e 2026. Considerando os 9% já alcançados em 2023, o total de reajuste médio no período 2023-2026 será de 34,3% (sem considerar ganhos com benefícios).

Servidores do IBGE protestam em todo o país contra a criação da Fundação IBGE+



Mesmo com a ação da direção do IBGE que tentou barrar a mobilização, através da judicialização da paralisação de um dia na Av Chile, os trabalhadores e trabalhadoras da casa estiveram presentes com faixas, cartazes e palavras de ordem. Além de todos os problemas já denunciados como a criação da Fundação IBGE+, o sindicato denunciou que o estatuto da fundação foi em boa parte uma cópia do estatuto da fundação Saúde envolvida em diversos escândalos e com um impacto social devastador, comprometendo a credibilidade das instituições públicas e gerando desconfiança na população em relação aos programas de saúde.

Em um dia de mobilização nacional, ibegeanos e ibegenas, realizaram, no dia 31 de outubro, manifestações em diversas cidades brasileiras. Os servidores protestaram contra a criação da Fundação IBGE+, medida que coloca em risco a qualidade dos serviços prestados pelo instituto e pode levar a uma maior precarização das condições de trabalho e a privatização da produção geostatística no Brasil.

O IBGE, que tanto foi atacado e desacreditado no último governo, não pode perder sua autonomia técnica e precisa ser fortalecido pela atual gestão. A Fundação IBGE+ nasceu rodeada pela falta de transparência e os ibegeanos querem participação e escuta ativa por parte do presidente, que, ao nosso ver, deixou a palavra "diálogo" para florear discursos. Se existe esse diálogo, onde ele está?

Negociação salarial garante ganhos para aposentados e pensionistas

A negociação salarial entre ASSIBGE-SN e o Ministério de Gestão e Inovação (MGI) assegurou ganhos para aposentados e pensionistas no novo desenho com 20 níveis. Os 5 níveis adicionais foram inseridos no início da carreira, de forma que todos os aposentados que se encontram no topo da carreira continuarão no topo da carreira, os que estão a um degrau do topo continuarão a um degrau do topo, e assim por diante.

Após um processo negocial no qual não se logrou obter, junto ao Ministério, uma desvinculação do tratamento dado para C&T, a ASSIBGE apresentou pleito, no início de setembro, no sentido de que a tabela salarial de 2026 fosse então igualada à tabela acordada por Inmetro e INPI, pleito que foi atendido em outubro de 2024. Tal ajuste preservou os valores assinados para 2025, e não representa perda em nenhuma posição das tabelas, ao passo

que representa ganhos significativos para parcelas da categoria em 2026. A título de exemplo, no nível intermediário com GQ3 (no topo da carreira) serão 7,6% adicionais, totalizando 28% de reajuste em 2025 e 2026. No nível superior sem titulação (no topo da carreira) serão 9,6% adicionais, totalizando 21,9% de reajuste em 2025 e 2026.

Em média, com a nova tabela após o ajuste, os trabalhadores do IBGE

terão reajuste de 23,2% acumulado em 2025 e 2026. Considerando os 9% já alcançados em 2023, o total de reajuste médio no período 2023-2026 será de 34,3% (sem considerar ganhos com benefícios).

Na nova proposta, que passa a vigorar a partir de Janeiro de 2025, o

aumento no percentual do Vencimento Básico (VB) na composição da remuneração resultará em ganhos aos servidores ativos e aposentados que têm anuênios.

A luta pela integralização da GDI-BGE aos aposentados prosseguirá, e o presente acordo foi visto pelas assembleias como um passo

seguro neste sentido, ao minorar as perdas aos aposentados, aproximando assim os valores recebidos pelos aposentados em relação aos ativos e, ao mesmo tempo, reduzindo o impacto orçamentário de uma integralização futura desta parcela remuneratória.

Audiência Pública sobre os Impactos da Criação da Fundação Pública de Direito Privado IBGE+

No dia 10 de dezembro, foi realizada a audiência pública "Impactos da Criação da Fundação Pública de Direito Privado IBGE+", requerida pela Deputada Sâmia Bomfim, que presidiu os trabalhos. Participaram da audiência: o Procurador Federal do IBGE, Carlos Pires de Carvalho; a Representante dos Servidores no Conselho Curador da Fundação IBGE+, Clician Oliveira; a Presidente da AudTCU, Lucieni Pereira; e o Diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE, Cleiton Batista. Também tivemos a presença de Ibegeanos de todo país, companheiros de outros sindicatos e dos deputados federais, Glauber Braga e Erika Kokay.

No evento foi exposto que a criação da Fundação IBGE+ representa um risco não apenas para o IBGE, mas para o funcionalismo público em geral. O deputado Glauber

Braga fez um apelo direto ao presidente do IBGE, Marcio Pochmann, pedindo que reconsiderasse e cancelasse o projeto.

A criação dessa fundação, feita de forma pouco transparente, abre portas para a precarização dos serviços públicos. A autonomia é essencial ao instituto para garantir a qualidade e a imparcialidade das estatísticas produzidas, e a fundação pode, inclusive, afetar politicamente a coleta de dados. O IBGE não precisa de uma fundação pública de direito privado. O que precisamos é de mais recursos para que o instituto continue a fornecer dados fundamentais para a formulação e execução de políticas públicas. O IBGE é um órgão de Estado, não de governo.

O sindicato agradece aos presen-

tes, em especial a Deputada Sâmia Bomfim, gratidão por sua sensibilidade em acolher essa pauta e tratar um tema tão relevante para o desenvolvimento do Brasil com tanta seriedade e dedicação. "Tenho certeza de que essa audiência é um marco importante para a construção de soluções que atendam ao interesse público e preservem a qualidade e a independência das informações produzidas pelo IBGE".

Para assistir a audiência, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=Aa7Krfpnh68>



Foto: Thifane Alencar - SETIBGE-CE/ ASSIBGE-CE

Os riscos envolvidos:

Risco de captura da produção de informações estatísticas e geocientíficas por interesses privados, na medida em que a Fundação poderá atuar vendendo pesquisas e levantamentos

ao setor privado.

Risco à autonomia do IBGE, na medida em que a Fundação permite a contratação ilimitada de pessoas externas em cargos de livre nomeação.

Risco à credibilidade do IBGE, já que o IBGE+, composto por pessoas externas ao verdadeiro IBGE, poderá produzir pesquisas e levantamentos sem os padrões de qualidade e independência do IBGE.

Risco jurídico, já que a criação contrariou o entendimento jurídico predominante, segundo o qual a criação de uma fundação pública de direito privado demanda autorização em lei específica.

NOVAS TABELAS SALARIAIS

PROPOSTA 2025

CLASSE	PADRÃO	VB	GD	RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				
				100 pts	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 100 pts.			
					Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	Doutor
A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)			
ESPECIAL	III	10.601,27	4.971,00	2.782,16	3.706,20	6.073,19	15.572,27	18.354,44	19.278,48	21.645,46	
	II	10.292,71	4.826,00	2.701,13	3.598,25	5.896,30	15.118,71	17.819,84	18.716,97	21.015,01	
	I	9.993,36	4.685,00	2.622,46	3.493,45	5.724,56	14.678,36	17.300,82	18.171,81	20.402,92	
C	VI	9.419,76	4.416,00	2.471,92	3.292,91	5.395,95	13.835,76	16.307,68	17.128,68	19.231,71	
	V	9.144,78	4.288,00	2.399,92	3.197,00	5.238,79	13.432,78	15.832,70	16.629,78	18.671,57	
	IV	8.878,53	4.163,00	2.330,02	3.103,89	5.086,20	13.041,53	15.371,55	16.145,42	18.127,73	
	III	8.619,68	4.042,00	2.262,15	3.013,48	4.938,06	12.661,68	14.923,84	15.675,16	17.599,74	
	II	8.368,90	3.924,00	2.196,27	2.925,71	4.794,23	12.292,90	14.489,16	15.218,61	17.087,13	
	I	8.124,85	3.810,00	2.132,30	2.840,49	4.654,59	11.934,85	14.067,15	14.775,35	16.589,44	
	VI	7.658,74	3.591,00	2.009,90	2.677,44	4.387,40	11.249,74	13.259,64	13.927,18	15.637,14	
B	V	7.436,08	3.486,00	1.951,35	2.599,45	4.259,61	10.922,08	12.873,43	13.521,53	15.181,69	
	IV	7.218,96	3.385,00	1.894,52	2.523,74	4.135,55	10.603,96	12.498,48	13.127,70	14.739,51	
	III	7.009,11	3.286,00	1.839,34	2.450,24	4.015,09	10.295,11	12.134,45	12.745,34	14.310,20	
	II	6.804,25	3.191,00	1.785,77	2.378,87	3.898,15	9.995,25	11.781,02	12.374,12	13.893,40	
	I	6.606,13	3.098,00	1.733,75	2.309,58	3.784,61	9.704,13	11.437,88	12.013,71	13.488,74	
A	V	6.475,92	3.037,00	1.699,59	2.264,07	3.710,04	9.512,92	11.212,51	11.776,99	13.222,96	
	IV	6.411,73	3.007,00	1.682,76	2.241,66	3.673,31	9.418,73	11.101,49	11.660,39	13.092,03	
	III	6.348,47	2.977,00	1.666,10	2.219,46	3.636,94	9.325,47	10.991,58	11.544,94	12.962,41	
	II	6.286,14	2.947,00	1.649,61	2.197,49	3.600,93	9.233,14	10.882,75	11.430,63	12.834,07	
	I	6.223,73	2.918,00	1.633,27	2.175,73	3.565,27	9.141,73	10.775,00	11.317,46	12.707,00	

PROPOSTA 2026

CLASSE	PADRÃO	VB	GD	RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				
				100 pts	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 100 pts.			
					Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	Doutor
A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)			
ESPECIAL	III	14.859,47	3.715,00	1.394,59	2.399,91	5.572,34	18.574,47	19.969,06	20.974,38	24.146,81	
	II	14.221,81	3.555,00	1.334,70	2.296,85	5.333,04	17.776,81	19.111,51	20.073,66	23.109,85	
	I	13.610,40	3.403,00	1.277,38	2.198,21	5.104,02	17.013,40	18.290,79	19.211,61	22.117,42	
C	VI	13.025,79	3.257,00	1.222,53	2.103,81	4.884,84	16.282,79	17.505,31	18.386,60	21.167,62	
	V	12.466,53	3.117,00	1.170,03	2.013,47	4.675,06	15.583,53	16.753,56	17.597,00	20.258,59	
	IV	11.826,96	2.957,00	1.110,00	1.910,16	4.435,19	14.783,96	15.893,96	16.694,12	19.219,15	
	III	11.519,69	2.880,00	1.081,14	1.860,51	4.319,91	14.399,69	15.480,84	16.260,20	18.719,60	
	II	11.220,42	2.805,00	1.053,04	1.812,15	4.207,63	14.025,42	15.078,46	15.837,57	18.233,05	
	I	10.928,88	2.732,00	1.025,67	1.765,05	4.098,26	13.660,88	14.686,55	15.425,93	17.759,14	
	VI	10.644,80	2.661,00	999,01	1.719,17	3.991,74	13.305,80	14.304,81	15.024,97	17.297,54	
B	V	10.098,10	2.525,00	947,76	1.630,96	3.786,93	12.623,10	13.570,85	14.254,06	16.410,03	
	IV	9.836,00	2.459,00	923,12	1.588,57	3.688,50	12.295,00	13.218,12	13.883,57	15.983,50	
	III	9.580,42	2.395,00	899,13	1.547,28	3.592,62	11.975,42	12.874,54	13.522,70	15.568,04	
	II	9.331,15	2.333,00	875,76	1.507,06	3.499,25	11.664,15	12.539,91	13.171,22	15.163,40	
	I	9.088,97	2.272,00	852,99	1.467,89	3.408,29	11.360,97	12.213,97	12.828,87	14.769,27	
A	V	8.805,55	2.202,00	826,46	1.422,23	3.302,27	11.007,55	11.834,01	12.429,78	14.309,82	
	IV	8.667,98	2.167,00	813,50	1.399,93	3.250,49	10.834,98	11.648,48	12.234,91	14.085,47	
	III	8.532,13	2.133,00	800,75	1.377,99	3.199,54	10.665,13	11.465,87	12.043,11	13.864,66	
	II	8.397,91	2.100,00	788,19	1.356,38	3.149,37	10.497,91	11.286,11	11.854,29	13.647,29	
	I	8.266,34	2.067,00	775,84	1.335,12	3.100,00	10.333,34	11.109,18	11.668,46	13.433,34	

PROPOSTA 2025

CLASSE	PADRÃO	VB	GD 100 pts	GQ - GRAT POR QUALIFICAÇÃO			ATIVO			
				I	II	III	TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)			
							Sem GQ	I	II	III
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	
ESPECIAL	III	5.253,77	1.314,00	1.379,42	2.148,87	3.577,62	6.567,77	7.947,19	8.716,63	10.145,38
	II	5.086,64	1.272,00	1.332,53	2.086,16	3.473,21	6.358,64	7.691,17	8.444,80	9.831,85
	I	4.925,11	1.231,00	1.287,26	2.015,28	3.371,90	6.156,11	7.443,37	8.171,39	9.528,02
C	VI	4.731,10	1.183,00	1.232,47	1.929,50	3.185,76	5.914,10	7.146,57	7.843,60	9.099,86
	V	4.609,95	1.152,00	1.204,52	1.885,75	3.092,90	5.761,95	6.966,48	7.647,71	8.854,85
	IV	4.492,07	1.123,00	1.177,25	1.843,05	3.002,83	5.615,07	6.792,31	7.458,12	8.617,90
	III	4.377,28	1.094,00	1.150,62	1.801,36	2.915,47	5.471,28	6.621,89	7.272,64	8.386,75
	II	4.264,80	1.066,00	1.124,63	1.760,68	2.830,75	5.330,80	6.455,43	7.091,48	8.161,55
	I	4.154,82	1.039,00	1.099,15	1.720,78	2.748,27	5.193,82	6.292,97	6.914,60	7.942,09
B	VI	3.990,10	998,00	1.052,31	1.647,46	2.596,42	4.988,10	6.040,41	6.635,55	7.584,52
	V	3.888,06	972,00	1.028,53	1.610,23	2.520,94	4.860,06	5.888,59	6.470,29	7.381,00
	IV	3.787,42	947,00	1.005,34	1.573,92	2.447,77	4.734,42	5.739,76	6.308,34	7.182,19
	III	3.689,63	923,00	982,59	1.538,31	2.376,55	4.612,63	5.595,23	6.150,94	6.989,18
	II	3.594,14	899,00	960,28	1.503,38	2.307,20	4.493,14	5.453,42	5.996,52	6.800,34
A	I	3.501,39	875,00	938,67	1.469,54	2.240,32	4.376,39	5.315,05	5.845,93	6.616,71
	V	3.393,77	848,00	910,71	1.425,76	2.192,99	4.241,77	5.152,47	5.667,53	6.434,76
	IV	3.325,78	831,00	895,94	1.402,65	2.167,05	4.156,78	5.052,72	5.559,43	6.323,83
	III	3.259,44	815,00	881,42	1.379,91	2.141,41	4.074,44	4.955,85	5.454,35	6.215,85
	II	3.194,94	799,00	867,13	1.357,54	2.116,08	3.993,94	4.861,06	5.351,47	6.110,02
I	3.127,32	782,00	853,07	1.335,53	2.091,05	3.909,32	4.762,39	5.244,85	6.000,37	

PROPOSTA 2026

CLASSE	PADRÃO	VB	GD 100 pts	GQ - GRAT POR QUALIFICAÇÃO			ATIVO			
				I	II	III	TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)			
							Sem GQ	I	II	III
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+C)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	
ESPECIAL	III	5.600,00	1.400,00	1.470,00	2.252,60	4.488,00	7.000,00	8.470,00	9.252,60	11.488,00
	II	5.406,20	1.352,00	1.419,22	2.174,79	4.062,99	6.758,20	8.177,42	8.932,99	10.821,19
	I	5.219,75	1.305,00	1.370,20	2.099,67	3.678,23	6.524,75	7.894,95	8.624,42	10.202,99
C	VI	4.992,76	1.248,00	1.310,56	2.008,28	3.264,31	6.240,76	7.551,32	8.249,04	9.505,07
	V	4.882,43	1.221,00	1.281,72	1.964,08	3.168,99	6.103,43	7.385,15	8.067,52	9.272,42
	IV	4.775,13	1.194,00	1.253,52	1.920,87	3.076,45	5.969,13	7.222,64	7.889,99	9.045,58
	III	4.669,78	1.168,00	1.225,93	1.878,60	2.986,62	5.837,78	7.063,71	7.716,37	8.824,40
	II	4.567,32	1.142,00	1.198,96	1.837,26	2.899,41	5.709,32	6.908,27	7.546,58	8.608,72
	I	4.466,68	1.117,00	1.172,57	1.796,83	2.814,74	5.583,68	6.756,26	7.380,51	8.398,43
B	VI	4.272,65	1.068,00	1.121,54	1.718,62	2.652,76	5.340,65	6.462,19	7.059,27	7.993,41
	V	4.178,13	1.045,00	1.096,86	1.680,80	2.575,29	5.223,13	6.319,99	6.903,94	7.798,43
	IV	4.086,20	1.022,00	1.072,72	1.643,82	2.500,09	5.108,20	6.180,92	6.752,01	7.608,29
	III	3.996,79	999,00	1.049,12	1.607,65	2.427,09	4.995,79	6.044,91	6.603,44	7.422,88
	II	3.908,86	977,00	1.026,03	1.572,27	2.356,22	4.885,86	5.911,89	6.458,13	7.242,08
A	I	3.822,35	956,00	1.003,45	1.537,67	2.287,41	4.778,35	5.781,80	6.316,02	7.065,76
	V	3.710,16	928,00	974,01	1.492,56	2.242,34	4.638,16	5.612,17	6.130,72	6.880,50
	IV	3.655,61	914,00	959,62	1.470,50	2.220,14	4.569,61	5.529,23	6.040,12	6.789,76
	III	3.602,08	900,00	945,44	1.448,77	2.198,16	4.502,08	5.447,52	5.950,85	6.700,24
	II	3.548,55	887,00	931,47	1.427,36	2.176,40	4.435,55	5.367,02	5.862,91	6.611,95
I	3.496,00	874,00	917,70	1.406,27	2.154,85	4.370,00	5.287,70	5.776,27	6.524,85	

Outras Conquistas

[Equiparação às melhores tabelas das carreiras de C&T](#)

Aumento no percentual do vencimento básico sobre a remuneração

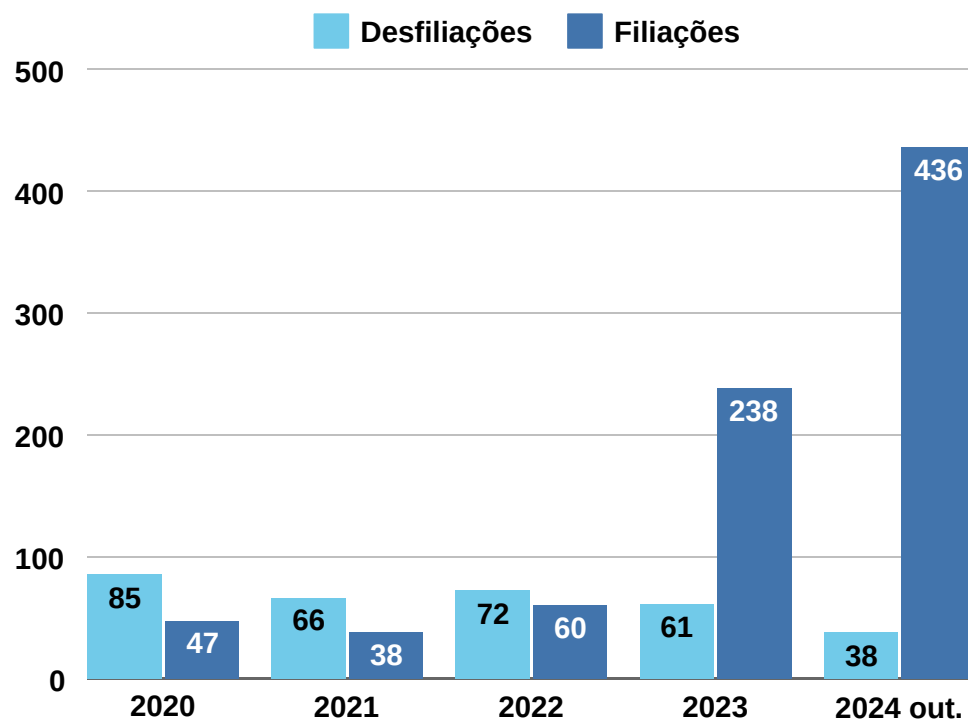
[Recomposição de benefícios alimentação e saúde](#)

[77% de recomposição para APMs e APTs](#)

Contagem de pontos em atividades de pesquisa na prova de títulos do CNU

Liberação para uso de bermudas no trabalho de campo

Painel de Sindicalização



SEU JOEL, presente!

“Não passou a vida em vão. Sempre lutador, deu sua contribuição para a construção de um mundo melhor. Descanse em paz, companheiro Joel!” Susana Drumond

“Amigo Joel, você em vida foi exemplo para a maioria dos companheiros entenderem o verdadeiro significado da palavra coletivo. Obrigado por compartilhar teus ensinamentos!” Paulo Dill

“Sempre tive um respeito muito grande por seu Joel e a recíproca é verdadeira. Seus discursos faziam com que todos o admirassem. Sua disposição para a luta nos dava forças e por último me deixava um pouco triste pois ele lamentava e não aceitava não poder mais estar junto. Vá em paz velho amigo COMPANHEIRO.” Maria Léa

“Seu Joel representou com maestria o trabalhismo de Brizola e as Lutas de Classe, no Movimento Sindical. Companheiro da Região das Missões, que se fez admirar pelas defesas aos trabalhadores do IBGE no RS e no país” Paladini

“Grande Joel,

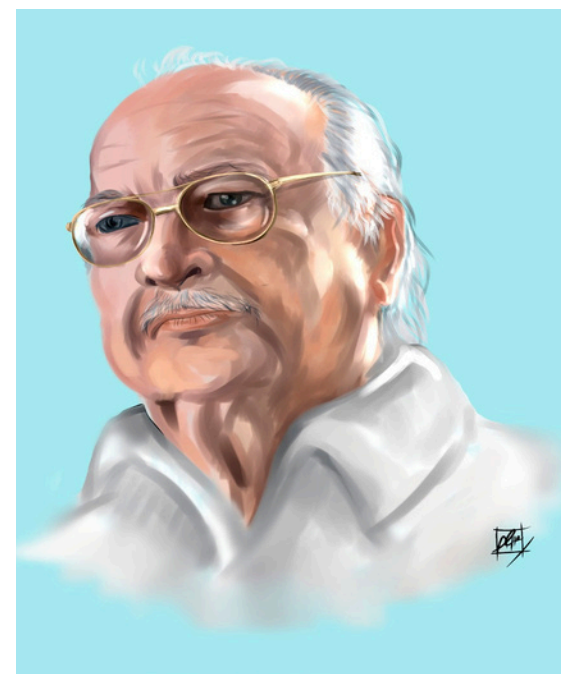
Grande brizolista, Grande colorado, Grande colega, Grande caudilho missioneiro, Grande estadista, Grande exemplo, Grande amigo De quatro costado. Foi um privilégio ter um longo convívio com o amigo.” Milton Boelke

“Bertolt Brecht, disse: ‘Há homens que lutam... (), mas há os que lutam toda a vida, e estes são os imprescindíveis.’ Essa foi a síntese da trajetória do companheiro Joel Cunegatto. Antes, PRESENTE, hoje, SEMENTE.” José Neto Sobrinho

“Joel, grande parceiro fomos EN juntos, um cavalheiro, determinado e sensível. Um guerreiro e os guerreiros não morrem, viram lendas. fique em paz meu querido, aos seus companheiros do RS e família, meu sentir profundo.” Tereza Gedeon

“Não sei o que dizer.

Eu sabia que um dia esse velho índio ia me fazer chorar.
Melhor ficar em silêncio.
Uma nova estrela brilha no céu.
Obrigado, Joel.” Pericles Prado



Filie-se ao sindicato. Não há saídas individuais para problemas coletivos!

ASSIBGE-SINDICATO NACIONAL Av. Presidente Wilson, 210 - 8º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-021 | (21) 3575-5757 | www.assibge.org.br | assibge-sn@uol.com.br jornal da ASSIBGE-SN | Jornalista responsável (redação/edição/revisão): Rayana Bartholo - 0020576/MG e Isabelle Boaventura | Id. visual: Isabelle Boaventura | Impressão: Colibri